



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo determinar as condições e os procedimentos que regerão a **contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento de TV por assinatura para atender a 05 (cinco) pontos da sede do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, quais sejam: Assessoria de Comunicação Social (ASCOM), Direção-Geral, Sala dos Membros, Corregedoria e Presidência.**

1.2. A quantidade de pontos estimados e os valores máximo unitários constam da tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE	CATSER	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO (12 MESES)
1	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento de TV por assinatura	Ponto TV	16209	5	R\$ 1.381,20
PREÇO TOTAL MÁXIMO (12 MESES)					R\$ 6.906,00
INTERVALO MÍNIMO ENTRE LANCES					R\$ 0,01

1.3. O fornecimento do serviço de TV por assinatura com canais em alta definição (HD) transmitidos via cabo deve contemplar a instalação, distribuição, assistência técnica, manutenção preventiva/corretiva e captação do ponto de sinal, com fornecimento em comodato de decodificadores, controles remotos e demais equipamentos e materiais necessários à prestação dos serviços; devendo haver compatibilidade com televisores HD, não HD, e 4K.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Portaria TRE/MS nº 131/2023.

1.5. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

1.6. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do termo de contrato, prorrogável na forma da Lei.

1.6.1. Os serviços objeto da presente contratação são classificados como continuados, nos termos do inciso XV do art. 6º da Lei 14.133/2021, por serem destinados ao atendimento de necessidade permanente do TRE/MS.

1.6.2. O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.7. Em caso de divergência entre a descrição do serviço indicada no SIASG/COMPRASNET e a constante deste Termo de Referência, prevalecerá esta última.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da presente contratação e de seu quantitativo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Preliminares.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

3.1. A solução adotada para a satisfação da necessidade administrativa é a contratação de empresa única de serviço de TV por assinatura via Cabo, tendo em vista a qualidade e a disponibilidade contínua dos conteúdos especializados.

3.2. A empresa deve providenciar a instalação, distribuição, assistência técnica e captação de 5 (cinco) pontos, sendo 1 (um) principal e 4 (quatro) adicionais, para a Sede do TRE/MS, localizado na Rua Desembargador Leão Neto do Carmo nº 23, Parque dos Poderes, Campo Grande/MS.

3.2.1. Em caso de divergência entre a descrição de serviço indicada no SIASG/COMPRASNET e a constante deste Termo de Referência, prevalecerá esta última.

3.3. Para fins de oferta de proposta, a empresa interessada deverá ofertar o preço para os 05 (cinco) pontos solicitados, que não poderá ser superior ao preço máximo indicado na ESTIMATIVA DE PREÇO OU PREÇO REFERENCIAL, capítulo 9 do ETP.

3.4. A empresa interessada deverá demonstrar que presta ou já prestou serviços similares ao objeto desta contratação, por intermédio de apresentação de atestado de capacidade técnica na forma da Lei de Licitações.

3.5. Os serviços contratados objetivam, principalmente, lançamento de infraestrutura necessária à prestação do serviço; instalação dos equipamentos/materiais necessários à prestação do serviço; configuração dos equipamentos; instalação dos pontos de acesso à TV por assinatura; testes de funcionamento; monitoramento do funcionamento dos pontos; geração de relatórios mensais do funcionamento de cada ponto instalado, e manutenção preventiva e corretiva, nos prazos previstos em contrato.

3.5.1. A empresa deve prever em sua proposta os custos de instalação/habilitação de todos os aparelhos, inclusive decorrentes de eventuais adaptações para compatibilização com a rede interna existente nas unidades da Justiça Eleitoral.

3.6. Qualquer alteração no Plano de Serviço deve ser informada ao Assinante no mínimo 30 (trinta) dias antes de sua implementação, e caso o assinante não se

interesse pela continuidade do serviço, poderá rescindir o contrato sem ônus.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A empresa deverá cumprir rigorosamente as normas da ANATEL, além da Regularidade perante à Fazenda Federal, Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e à Justiça do Trabalho (CNDT).

4.2. Será exigido, também, atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante executa ou executou de forma satisfatória serviço de características semelhantes aos objetos que será licitado.

SERVIÇOS CONTINUADOS

4.3. O serviço contratado é classificado como serviço continuado, uma vez que será prestado de forma contínua, **por meio de assinatura mensal**. Com a entrada em vigor da Lei nº 14.133/2021 a caracterização de serviços continuados foi ampliada para atendimento de serviços e fornecimentos destinados à manutenção da atividade administrativa, conforme se observa no art. 6º da citada lei:

Art. 6º

XV - serviços e fornecimentos contínuos: serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas;

PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

4.4. O contrato poderá ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei 14.133/2021.

CONSÓRCIO

4.5. Tendo em vista o valor da contratação, a baixa complexidade do objeto e o ramo de mercado a atender a demanda, não será admitido a participação de consórcio na presente contratação.

SUBCONTRATAÇÃO

4.6. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.6.1. Não se considera subcontratação, a terceirização de atividades auxiliares como: instalação, assistência técnica, suporte e similares.

VISTORIA

4.7. Fica facultado às empresas interessadas realizar visita técnica para melhor reconhecimento do espaço físico e realização de testes de cobertura, para tanto as empresas interessadas deverão agendar previamente na Seção de Serviços Administrativos, via e-mail: ssa@tre-ms.jus.br.

SUSTENTABILIDADE

4.8. Com vistas a garantir a economia de papel, os pedidos e as notas fiscais deverão ser enviados por meio eletrônico, preferencialmente.

5. EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A execução dos serviços objeto desta contratação deverá ser realizada com observância das condições fixadas neste instrumento, seus anexos e no Termo de Contrato.

5.2. Busca-se a contratação de TV por assinatura para instalação, distribuição, assistência técnica e captação de 5 (cinco) pontos, sendo 1 (um) principal e 4 (quatro) adicionais, para a Sede do TRE/MS, localizado na Rua Desembargador Leão Neto do Carmo nº 23, Parque dos Poderes, Campo Grande/MS.

5.3. Os equipamentos serão fornecidos em regime de comodato, inclusive controle remoto, além de equipamentos adicionais, materiais e cabeamentos necessários a montagem da rede de captação e distribuição de sinais de TV, deverão ser novos e de inteira responsabilidade da contratada.

5.4. Os serviços deverão ser prestados de forma ininterrupta; tendo disponibilidade anual mínima de 96% (noventa e seis por cento) do tempo contratado.

5.4.1. A contratada deve fornecer dados de contato para prestação dos serviços de suporte técnico e/ou assistência técnica, esclarecimentos e solicitações, devendo disponibilizar de meios para abertura de chamados, através de e-mail, telefone 0800 ou portal informatizado, com suporte e Assistência técnica 24 horas por dia, 365 dias por ano, 100% (cem por cento) do tempo contratado.

5.5. Os equipamentos que venham a apresentar defeitos não gerarão ônus para o TRE/MS, devendo ser atendidos pela garantia, salvo se comprovado mau uso.

5.6. Devem ser disponibilizados acesso a sinais de áudio e imagem digital, alta definição, conforme o seguinte:

- * Canais abertos: TV Globo, SBT, Rede Record, Rede TV, TV Cultura, TV Bandeirantes;
- * Canais obrigatórios: TV Câmara, TV Brasil, TV Senado, TV Justiça, TV Escola, TV NBR, Canal Futura;
- * Canais de notícias nacionais: Globo News, Band News, Record News e CNN Brasil;
- * Canais de notícias internacionais: CNN International, Bloomberg Television ou BBC World News;
- * O conteúdo deve estar disponível de forma integral em todos os pontos.

Requisitos Tecnológicos:

- * Instalação nos locais indicados;
- * Compatibilidade com televisores HD, não HD e 4K;
- * Possibilidade de disponibilizar pontos de TV por assinatura em diversas salas;
- * Manutenção preventiva e corretiva dos serviços e equipamentos realizada pela contratada, sem custo adicional e nos prazos previstos.

5.7. O suporte técnico deverá ser prestado, sempre que necessário, durante toda a vigência do contrato, no prazo estabelecido no contrato, para resolver problemas de quedas, falhas ou mau funcionamento do sinal de TV por assinatura.

5.7.1. O prazo para sanar defeito apresentado nos serviços durante o período da contratação ofertada não poderá ser superior a 10 (dez) dias úteis, a contar da chamada.

5.7.2. Caso haja ocorrência de fato superveniente que não permita cumprir o prazo descrito no subitem anterior, a empresa deverá, em tempo hábil, justificar formalmente ao fiscal do contrato, que fará a análise dos motivos e a devida concessão de novo prazo.

5.7.3. A execução dos serviços de assistência técnica será realizada em dias úteis do TRE/MS, no horário compreendido entre 12h a 18h, horário do Mato

Grosso do Sul.

5.7.4. No período de recesso forense, os serviços de assistência técnica deverão ser efetuados pelo menos no horário das 13h00 às 17h00, de segunda a sexta-feira, e das 08h00 às 12h00 nos dias 24 e 31 de dezembro, caso sejam dias úteis.

5.8. A contratação terá início a partir do dia 01 de janeiro de 2026 e terá vigência pelo período de 12 (doze) meses.

5.8.1. Os serviços técnicos necessários à instalação dos pontos deverão ocorrer antes da data de início da vigência, de modo possibilitar que a liberação do sinal, com a efetiva prestação dos serviços, ocorra na data estabelecida.

5.8.2. Para instalação deverá ser realizado o contato via e-mail "ssa@tre-ms.jus.br".

5.8.3. Em caso de início do prazo ocorrer em final de semana ou feriado ou recesso, ficará automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

5.8.4. O recebimento provisório, a cargo do Fiscal do contrato, dar-se-á na data da efetiva entrega do produto.

5.8.5. Na hipótese de recusa parcial ou total do recebimento, a CONTRATADA deverá efetuar a substituição, sem prejuízo da observância do prazo inicial estabelecido para a entrega e da aplicação de sanções contratuais ou legais cabíveis.

5.9. Os preços ofertados devem abranger todos os custos decorrentes da execução do objeto, bem como todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, administração, lucros, equipamentos, ferramentas, transporte de material e de pessoal, e as demais despesas correlatas).

5.9.1. A retirada do equipamento deve ser realizada pela contratada ou terceiro por ela autorizada, sem ônus para a contratante.

5.9.2. O remanejamento dos equipamentos dentro das instalações, por questões técnicas e dentro das necessidades do contratante, deverão ocorrer também por conta da contratada e sem custos ao contratante.

5.10. Os pedidos de rescisão independem de adimplemento contratual, cabendo ao contratante a informação sobre eventuais condições aplicáveis à rescisão e multas incidentes por descumprimento de prazos contratuais de permanência mínima, conforme estabelecido pela ANATEL.

6. GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3.1. A fiscalização, acompanhamento e a orientação relativa à prestação dos serviços ficarão a cargo de servidora (s) / servidor (es) pertencente (s) ao quadro

deste Tribunal.

6.3.2. O contato entre este Tribunal e a empresa contratada será mantido, prioritariamente, por intermédio da fiscalização.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, quando for o caso.

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela (s) / o (s) fiscal (is) do contrato, ou pela (s) / o (s) respectiva (s) / o (s) substituta (s) / o (s) ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)), cabendo:

a) Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições nele estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

b) Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

c) Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, a fiscalização emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

d) Informar à administração, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a competência da fiscalização, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#));

e) No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, a (o) fiscal comunicará o fato imediatamente à gestora / ao gestor do contrato ou autoridade competente. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#));

f) Comunicar à gestora / ao gestor do contrato ou autoridade competente, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#));

g) Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#));

h) Atuar tempestivamente na solução de problemas em caso de descumprimento das obrigações contratuais, reportando à administração para as providências cabíveis, quando ultrapassar a competência da (o) fiscal; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#));

i) manter registro de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#));

j) Formalizar de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pela (o) agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#));

6.6. Compete ainda à Fiscalização:

a) conferir e atestar a Nota Fiscal/Fatura emitida pela empresa contratada,

encaminhando-a para pagamento;

b) exercer, em nome do TRE/MS, toda e qualquer ação de orientação geral, decidir sobre questões técnicas e burocráticas da contratação, sem que isto implique em transferência de responsabilidade, a qual será única e exclusivamente de competência da contratada;

c) outras atribuições pertinentes à contratação ou que lhe forem conferidas pela Administração.

6.7. As atribuições e os procedimentos de fiscalização serão fixados na Portaria de designação da fiscalização e/ou em normativo interno.

7. PAGAMENTO

7.1. O pagamento dos serviços efetivamente utilizados pelo TRE/MS será realizado mensalmente, mediante apresentação de nota fiscal / fatura pela empresa contratada.

Emissão da nota fiscal

7.2. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, preferencialmente, em meio eletrônico e conter a indicação do objeto da contratação, conforme a discriminação da Nota de Empenho, quantidade, e os preços unitário e total.

7.2.1. O documento fiscal será emitido **mensalmente**, considerando-se, para fins de faturamento, o mês calendário (janeiro, fevereiro, etc.).

7.2.2. Para fins de atendimento a IN/RBF 1.234, de 11/01/2012 (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação.

7.2.3. Caso se constate erro ou irregularidade no documento fiscal, a Contratante, ao seu critério, poderá devolvê-la para as devidas correções.

7.2.4. Ocorrendo erro no documento de cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que a Contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data de reapresentação do mesmo.

7.2.5. De modo a viabilizar o início do processo de pagamento, o documento fiscal deverá ser encaminhado à Fiscalização do contrato até o 5º dia útil do mês subsequente ao da prestação de serviços.

Pagamento da nota fiscal

7.3. O pagamento será feito pelo Contratante em moeda corrente nacional, mediante Ordem Bancária, em conta bancária válida e ativa em nome da Contratada, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, e ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis após a data de apresentação do documento fiscal à fiscalização.

7.4. O procedimento de pagamento observará as seguintes etapas:

a) a fiscalização fará a análise do documento fiscal e das informações nele constantes, inclusive quanto aos valores, no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados do recebimento do documento fiscal apresentado pela empresa contratada, e, após, fará o atesto do documento fiscal e o seu encaminhamento à Seção de Finanças;

b) a Seção de Finanças efetuará o pagamento dos valores devidos à contratada, no prazo de até 7 (sete) dias úteis, contados do recebimento do documento fiscal e documentação anexa proveniente da fiscalização.

7.5. O prazo de pagamento será suspenso nos casos de ausência de informação e/ou documento complementar, ou em que haja necessidade de correção e/ou complemento de informação constante da nota fiscal/fatura, bem como qualquer outro motivo cuja responsabilidade seja atribuível à contratada, passando a ser contado novamente somente após a efetiva regularização.

7.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.7. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e devem ser submetidos à apreciação da autoridade competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de contratação direta, mediante **DISPENSA DE LICITAÇÃO (com lances)**, tendo em vista a natureza comum dos serviços a serem contratados e por envolver valores inferiores a R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos), conforme Capítulo 9 deste Termo de Referência, com fundamento no disposto no artigo 75, II, da Lei 14.133/21:

Art. 75. É dispensável a licitação (atualizado pelo Decreto 12.343/2024):

I - Para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 125.451,15 (cento e vinte e cinco mil quatrocentos e cinquenta e um reais e quinze centavos), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores;

II - Para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos), no caso de outros serviços e compras;

8.2. A dispensa se dará na forma eletrônica, com a adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO do Item**.

8.2.1. Não serão aceitos preços acima dos valores unitários máximos indicados para os subitens contantes na tabela da Cláusula 1.2.

8.3. A análise técnica das propostas, será realizada pelos integrantes da equipe responsável pelo planejamento da contratação (integrante da área demandante e/ou integrante técnico) e visa à verificação da conformidade dos serviços ofertados pelas licitantes com as especificações indicadas neste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

8.5. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes

requisitos:

a) CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, administrados pela Secretaria da Receita Federal, devidamente válida, **constando expressa a abrangência das contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991;**

b) CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO FGTS (CRF), devidamente válida, emitida pela Caixa Econômica Federal, que comprove inexistência de débito perante o FGTS;

c) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT), devidamente válida, emitida pela Justiça do Trabalho nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho em observância ao disposto no art. 68, IV, da Lei 14.133/2021;

d) Declaração de que a empresa não utiliza menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em conformidade ao disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, em campo próprio do sistema.

e) **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA** de execução de serviço similar, em nome da empresa licitante, emitido por pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, de serviços similares ao que se pretende contratar.

e.1) Entenda-se por serviço similar prestação de serviço **de fornecimento de TV por assinatura.**

e.2) Em caso de dúvida quanto à validade do Atestado de Capacidade Técnica, para fins de comprovação/verificação do serviço realizado e habilitação da empresa, poderá o pregoeiro requestar a apresentação de documentação complementar (ex: contrato de prestação de serviço entre a empresa e o emissor do atestado, etc), a ser enviada, mediante convocação de anexo do sistema, no prazo máximo de 1 (um) dia útil.

8.6. O prazo para envio de documentos será de 2 (duas) horas, a contar da convocação, via sistema, do Agente de Contratação.

8.6.1. O prazo da cláusula 8.6 poderá ser prorrogado por igual período.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 6.906,00 (seis mil novecentos e seis reais)**, conforme custos unitários apostos no mapa comparativo de preços.

9.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do ETP.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida na Proposta Orçamentária 2025 pela seguinte dotação:

- a) Gestão/Unidade: **14112 - TRE-MS;**
- b) Fonte de Recursos: **20GP - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa;**
- c) Programa de Trabalho: **02.122.0033.20GP.0054;**
- d) Elemento de Despesa: **3390.39.01;**
- e) Plano Interno: ADM ASSINA.

11. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As disposições quanto as infrações e sanções administrativas estão previstas no Anexo II - Termo de Contrato Administrativo.

12. DIREITOS E DEVERES DO TRE/MS

12.1. São direitos e/ou deveres do Contratante:

- a) Requerer da contratada a prestação dos serviços objeto desta contratação, em conformidade com as disposições deste Termo de Referência e do Contrato;
- b) Exercer a fiscalização dos serviços, na forma prevista na legislação aplicável;
- c) Registrar as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços contratados, determinando o que julgar necessário à regularização das faltas e defeitos observados;
- d) Comunicar à contratada quaisquer irregularidades observadas na execução dos serviços contratados;
- e) Aplicar à contratada penalidades por descumprimento deste Termo de Referência e de cláusulas contratuais;
- f) Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato;
- g) Verificar a manutenção pela contratada das condições de habilitação estabelecidas para a presente contratação;
- h) Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e no contrato;
- i) Efetuar a liquidação antecipada de despesas de natureza continuada no mês de dezembro e que tenham vencimento no mês de janeiro do exercício posterior, a fim de evitar a inscrição de despesas em restos a pagar, conforme recomendação da AJDG no Parecer 1263 (0947977) e Decisão (0948049).

13. DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

13.1. São obrigações e/ou direitos da contratada:

- a) Cumprir integralmente os termos da proposta, as obrigações, os prazos e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- b) Manter, durante todo o período de vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas na contratação, sob pena de aplicação das penalidades estabelecidas neste Termo de Referência

- c) Atender às solicitações, esclarecimentos e determinações da Fiscalização, feitas por Ordens de Serviços, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis;
- d) Fornecer todas as informações e elementos necessários à consecução das atividades da fiscalização, bem como à percepção pelo TRE/MS dos resultados esperados com a execução dos serviços;
- e) Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada à execução do contrato, sendo de inteira responsabilidade da contratada a estrutura (pessoal, equipamentos, etc.) necessária à perfeita execução dos serviços;
- f) Providenciar a correção das deficiências apontadas por este TRE/MS quanto à execução contratual, especificamente quanto aos serviços sobre a responsabilidade da contratada;
- g) Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da contratação;
- h) A contratada fica, nos termos da Lei 14.133/2021, obrigada a aceitar os acréscimos de até 25 % (vinte e cinco por cento) que se fizerem necessários;
- i) Receber os valores que lhe forem devidos pela execução contratual, na forma disposta no Termo de Referência e na Minuta do Contrato;
- j) Responder civil e penalmente por qualquer descumprimento das disposições legais;
- k) Abster-se de praticar atos ilícitos, em especial os descritos no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, bem como observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Conduta Ética do TRE/MS (Resolução 690/2020);
- l) Dar plena ciência do disposto na Resolução 176/2023, a qual dispõe sobre o procedimento de apuração de responsabilidade e aplicação de penalidades a pessoa física ou jurídica decorrentes de descumprimento de regras licitatórias e/ou obrigações contratuais no âmbito do TRE/MS;
- m) Dar conhecimento, às funcionárias / aos funcionários de seus respectivos quadros que participarão da execução contratual, sobre o Código de Conduta Ética do TRE/MS para ciência e responsabilidade em sua observância.
- n) Proteger informações confidenciais e privilegiadas, conforme regulamento próprio;
- o) O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

Campo Grande, MS, na data da assinatura eletrônica.

TAMIRIS NAVARRO OTONI
Integrante Demandante

MARIA JÚLIA DE ARRUDA MESTIERI

Integrante Administrativo

LUÍS MACIEL MALVES DA SILVA

Unidade Gestora



Documento assinado eletronicamente por **MARIA JULIA DE ARRUDA MESTIERI, Analista Judiciário**, em 20/10/2025, às 14:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **TAMIRIS NAVARRO OTONI, Técnico Judiciário**, em 20/10/2025, às 14:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1937657** e o código CRC **2FC83ED1**.



0001845-13.2025.6.12.8000

1937657v7